



RESPEITO À VIDA



Sandra Regina

**Unidade de Pronto Atendimento
Sandra Regina**

Demonstrações contábeis
do exercício findo em
31 de dezembro de 2023
e
Relatório dos Auditores
Independentes





Sandra Regina

Unidade de Pronto Atendimento Sandra Regina

(CNPJ 23.453.830/0020-32)

Demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

<u>Conteúdo</u>	<u>Página</u>
Relatório dos Auditores Independentes.....	03
Balanco Patrimonial.....	08
Demonstração de Déficit/Superávit.....	09
Demonstração das Mutações do Patrimônio Social.....	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	11
Notas Explicativas às Demonstrações contábeis.....	12

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações financeiras

À
Diretoria do
Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH
Unidade de Pronto Atendimento - Sandra Regina
São Francisco do Sul - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Unidade de Pronto Atendimento - Sandra Regina, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Unidade de Pronto Atendimento - Sandra Regina, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

- **Provisão ou baixa de créditos com liquidação duvidosa**

A estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e/ou reconhecimento da perda dos recebíveis com baixa perspectiva de recebimento envolve alto nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ou baixa de recebíveis envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo, mas não se limitando, aos níveis de incerteza de recebimento.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (i) Análise das políticas de cobrança, renegociação e discussão junto ao ente público; (ii) entendimento sobre os controles gerenciais em validação aos descontos promovidos pelo ente público, bem como a avaliação do cumprimento de métricas contratuais e (iii) Análise sobre a perspectiva da Administração acerca do recebimento dos valores contratuais. (iv) Análise sobre eventuais discussões e negociações com Ente Público..

Concluimos pela razoabilidade dos critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da recuperabilidade dos saldos.

Ênfases:

Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos:

- Conforme descrito na nota explicativa 3, chamamos a atenção de que o contrato de gestão contempla a administração do Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Graça e da Unidade de Pronto Atendimento 24 horas Sandra Regina.
A UPA atua como retaguarda das atividades de atendimento do contrato de gestão 022/2019, junto à Secretaria de Saúde do Município de São Francisco do Sul - SC e, em 31 de dezembro de 2023, não possuía saldo de caixa e equivalentes de caixa, impactando em um capital circulante líquido negativo na ordem de R\$ 248.560.
Em 31 de dezembro de 2023, a UPA apresentava patrimônio social negativo na ordem de R\$ 1.084.709.
A Administração conjunta do Hospital e UPA entende que as necessidades de caixa da UPA são supridas pelos recursos obtidos do contrato de gestão e mantidos em contas do Hospital, concluindo por não haver riscos de continuidade e/ou necessidade de provisões contingenciais.
- Conforme descrito nas notas explicativas 1(b) e 16, chamamos a atenção ao fato de que o contrato de gestão conjunto do Hospital e UPA estava vigente até 30 de junho de 2024, por meio do aditivo contratual, entretanto, até a emissão desse relatório, o Ente Público não havia concretizado processo de renovação junto à Entidade.
Estas demonstrações financeiras foram preparadas com o princípio de continuidade, não sendo apurado, reconhecido ou divulgado eventuais provisões para desmobilização ou descontinuidade de operações e eventuais contingências.

- iii) Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente, quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis.
- iv) A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes.

Outros assuntos:

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 20 de abril de 2023, sem modificações.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de abril de 2024.

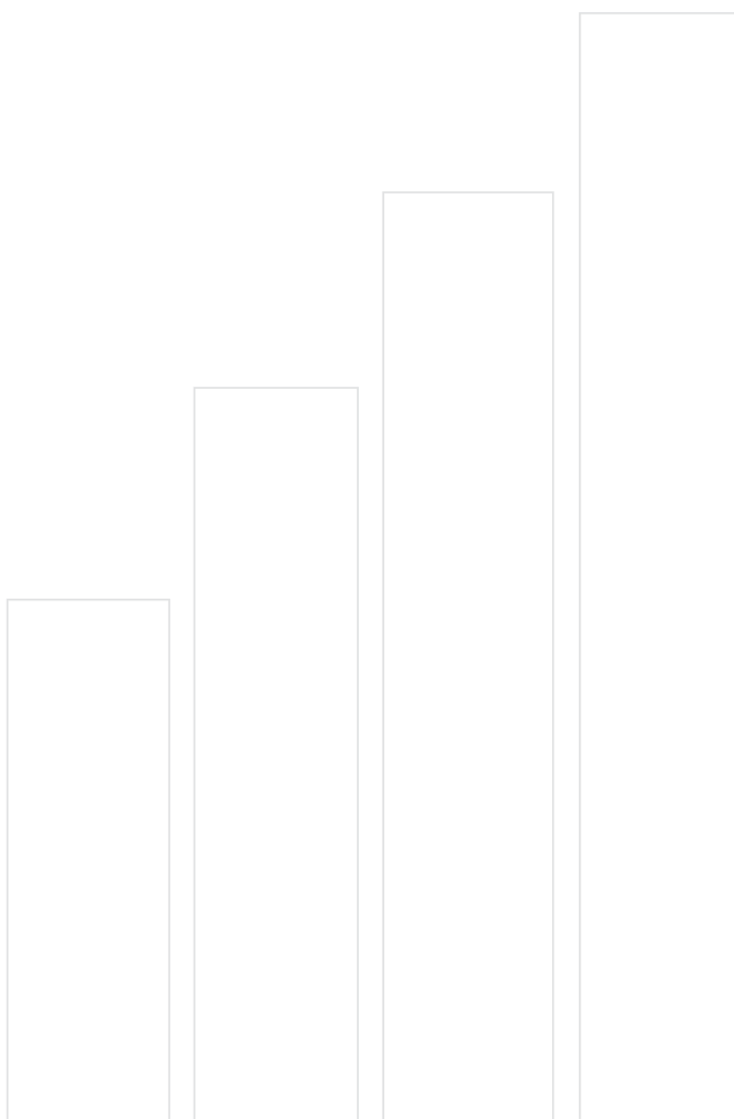
PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES

CRC.SP. N.º 2SP 14.712/O-2



Heitor Piovam

Contador CRC 1SP 331.721/O-6



INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO -INDSH**Sandra Regina****UPA24H - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO**
(CNPJ 23.453.830/0020-32)**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM**
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em reais)

	Notas	2023	2022
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	-
Contas a receber	5	501.508	326.054
Estoques	6	21.413	20.666
Outros créditos		4.444	6.462
Contratos de gestão	3m	1.677.498	-
Total do Ativo Circulante		2.204.863	353.182
Não Circulante			
Partes relacionadas	11	6.700	6.700
Imobilizado – Próprio	7	13.858	12.297
Total do Ativo não Circulante		20.558	18.997
Total do Ativo		2.225.421	372.179

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO -INDSH



Sandra Regina

UPA24H - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO
(CNPJ 23.453.830/0020-32)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em reais)

	Notas	2023	2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL			
Circulante			
Fornecedores	8	287.049	237.808
Obrigações trabalhistas	9	375.444	311.546
Obrigações sociais	10	71.576	52.674
Obrigações fiscais		25.389	15.548
Outras contas a pagar		2.445	2.445
Partes relacionadas	11	14.022	18.293
Contratos de gestão	3m	1.677.498	-
Total do Passivo Circulante		2.453.423	638.314
Não Circulante			
Partes relacionadas	11	806.707	483.836
Provisão para contingências	12	50.000	-
Total do Passivo não Circulante		856.707	483.836
Patrimônio Social			
Patrimônio social		(749.971)	(336.260)
Déficit acumulado		(334.738)	(413.711)
Total do Patrimônio Social		(1.084.709)	(749.971)
Total do Passivo e Patrimônio Social		2.225.421	372.179

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO -INDSH**Sandra Regina****UPA24H - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO**

(CNPJ 23.453.830/0020-32)

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em reais)**

	Notas	2023	2022
Receitas Operacionais			
Serviços prestados pacientes SUS		5.965.093	4.624.624
Receita Líquida		5.965.093	4.624.624
Custos			
Serviços de terceiros		(2.959.722)	(1.941.880)
Pessoal e encargos		(2.055.133)	(1.866.784)
Materiais e medicamentos		(436.698)	(413.869)
Déficit Líquido		513.540	402.091
Despesas			
Pessoal e encargos		(513.783)	(466.695)
Serviços de terceiros		-	-
Impostos, taxas e contribuições		(4.147)	(4.047)
Depreciação/amortização		(1.958)	(1.259)
Despesas gerais e administrativas	13	(324.504)	(341.428)
Déficit Antes do Resultado Financeiro		(330.852)	(411.338)
Financeira Líquidas			
Despesas financeiras		(3.917)	(3.934)
Receitas financeiras		31	1.561
Déficit Antes de Outras Desp. e Rec.		(334.738)	(413.711)
Outras Despesas e Receitas			
Doações e subvenções		-	-
Outras receitas e despesas		-	-
Déficit do Exercício		(334.738)	(413.711)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO -INDSH**Sandra Regina****UPA24H - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO**
(CNPJ 23.453.830/0020-32)**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO
PATRIMÔNIO SOCIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**
(Em reais)

	Patrimônio Social	Superávit / (Déficit) Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	451.133	(791.487)	(340.354)
Incorporação ao Patrimônio Social	(791.487)	791.487	-
Ajustes Patrimoniais	4.094	-	4.094
Déficit do Exercício	-	(413.711)	(413.711)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(336.260)	(413.711)	(749.971)
Incorporação ao Patrimônio Social	(413.711)	413.711	-
Déficit do Exercício	-	(334.738)	(334.738)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(749.971)	(334.738)	(1.084.709)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO -INDSH



Sandra Regina

UPA24H - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO
(CNPJ 23.453.830/0020-32)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS-Método Indireto
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em reais)

	2023	2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Déficit do Exercício	(334.738)	(413.711)
Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) do exercício com o caixa		
Depreciação/Amortização	1.959	1.259
Provisão para Contingências	50.000	-
Déficit do Exercício Ajustado	(282.779)	(412.452)
(Aumento) / Redução do Ativo		
Contas a Receber	(175.454)	-
Estoques	(747)	(9.236)
Outros Créditos	2.018	(2.399)
Aumento / (Redução) do Passivo		
Fornecedores	49.241	12.490
Obrigações Trabalhistas	63.898	53.422
Obrigações Sociais	18.902	57
Obrigações Fiscais	9.841	8.986
Outras Contas a Pagar	-	2.445
Ajustes Patrimoniais	-	4.094
Fluxo de Caixa gerado pelas Atividades Operacionais	(315.080)	(342.593)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Ativo Imobilizado e Intangível	(3.520)	(9.735)
Baixas de Ativo Imobilizado e Intangível	-	-
Fluxo de Caixa consumido nas Atividades de Investimento	(3.520)	(9.735)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Partes Relacionadas	318.600	352.328
Fluxo de Caixa consumido nas Atividades de Financiamento	318.600	352.328
Movimentação de Caixa e equivalentes de Caixa	-	-
No início do exercício	-	-
No fim do exercício	-	-
Aumento / (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

I. CONTEXTO OPERACIONAL

a. Objetivos Sociais

A Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 Horas está habilitada como porte I – opção III pela Portaria 10, de 03 de janeiro de 2017, do Ministério da Saúde.

A unidade possui capacidade operacional para 10 (dez) leitos distribuídos entre leitos de observação adulto feminino e masculino e leitos de emergência, o atendimento é voltado exclusivamente ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia.

A Unidade de Pronto Atendimento está situado na Rod. Duque de Caxias, S/N, São Francisco do Sul – SC.

b. Contrato de Gestão

O contrato de gestão da Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 Horas foi firmado em 16 de outubro de 2018. O Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), realiza a gestão por meio de contrato n.º 022/2019, vigente até 30/06/2024.

O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja renovação para o triênio de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026 foi protocolada em 22/11/2023, junto ao Ministério da Saúde o qual se encontra pendente de julgamento. Até a presente data o processo com o pedido de renovação não foi concluído, estando a Entidade alcançada pelo disposto no §2º, do artigo 37, da Lei Complementar nº 187/2021, ao estabelecer que “§ 2º: A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado”.

O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar Nº 187 /2021.

c. Déficit do exercício de 2023

Em 2023 a UPA arcou com maior volume de serviços em especialidades, assim como, com o repasse de atualização de seus fornecedores sobre os produtos e serviços de consumo geral. Desta forma, os recursos provenientes do contrato de gestão não foram suficientes para manter o fluxo financeiro da operação no exercício, impactando na apresentação de déficit na ordem de R\$ 334.738 no exercício. Como consequência, a UPA apresenta excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 248.560 em 31 de dezembro de 2023.

A Administração busca constante adequação dos custos de execução da operação da UPA em conjunto com o atendimento às exigências técnicas e contratuais com o Ente Público e possui a meta de reequilibrar os fluxos de caixa em discussão de renovação/atualização dos valores contratados com o Ente Público.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a. Declaração de Conformidade

Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09.

b. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 23 de Abril de 2024.

c. Base de Mensuração

As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir.

d. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma.

3. **RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. **Caixa e Equivalentes de Caixa**

São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata.

As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor

b. **Estoques**

São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou “vencidos” são baixados ou substituídos, quando identificados.

c. **Imobilizado**

i. **Reconhecimento e Mensuração**

Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo.

A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada.

ii. **Custos Subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Taxa Anual de Depreciação - %	
Instalações	10%
Máquina e Equipamentos	10%
Eq. Informática	20%

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Intangível

Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, reflete os custos com direitos de uso de software.

e. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e Intangíveis

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

f. Julgamentos e Estimativas

A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

i. Provisões para Riscos Judiciais

A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias.

ii. Ajuste para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa

É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável.

g. Apuração do Superávit/Déficit

O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas.

h. Reconhecimento de Receitas

As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública.

i. Outros Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes

Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses.

j. Ajuste ao Valor Presente de Ativos e Passivos

Nas demonstrações contábeis de 2023 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade.

k. Patrimônio Líquido

Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil.

l. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

m. Contratos de Gestão

Em 2023, a Administração da UPA concluiu os estudos sobre a adoção dos conceitos de contabilização dos contratos de gestão baseados na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1), e optou por reconhecer o saldo do contrato de gestão junto ao Ente Público, registrando em ativo circulante os valores futuros a receber dos serviços previstos em contrato, em contrapartida ao passivo circulante relativa a obrigação de execução do contrato pactuado.

Considerando custo e benefício das divulgações, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Administração optou em não reapresentar o exercício de 2022, apresentados para fins de comparação nestas demonstrações financeiras, com a referida política contábil.

Para fins de evidência, a seguir, a Administração apresenta os efeitos da aplicação da política, caso fossem reconhecidas ao exercício de 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO -INDSH



Sandra Regina

UPA24H - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO
(CNPJ 23.453.830/0020-32)

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em reais)

	31/12/2022 reapresentado	31/12/2022
ATIVO		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	-	-
Contas a receber	326.054	326.054
Estoques	20.666	20.666
Outros créditos	6.462	6.462
Contratos de gestão	1.183.008	-
Total do Ativo Circulante	1.536.190	353.182
Não Circulante		
Partes relacionadas	6.700	6.700
Imobilizado – Próprio	12.297	12.297
Total do Ativo não Circulante	18.997	18.997
Total do Ativo	1.555.187	372.179

	31/12/2022 reapresentado	31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL		
Circulante		
Fornecedores	237.808	237.808
Obrigações trabalhistas	311.546	311.546
Obrigações sociais	52.674	52.674
Obrigações fiscais	15.548	15.548
Outras contas a pagar	2.445	2.445
Partes relacionadas	18.293	18.293
Contratos de gestão	1.183.008	-
Total do Passivo Circulante	1.821.322	638.314
Não Circulante		
Partes relacionadas	483.836	483.836
Total do Passivo não Circulante	483.836	483.836
Patrimônio Social		
Patrimônio social	(336.260)	(336.260)
Superávit (déficit) acumulado	(413.711)	(413.711)
Total do Patrimônio Social	(749.971)	(749.971)
Total do Passivo e Patrimônio Social	1.555.187	372.179

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Caixa em espécie	-	-
Banco conta movimento	-	-
Aplicações financeiras de liquidez imediata	-	-
Total	-	-

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço.

O Contrato de gestão n.º 022/2019, junto à Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Francisco do Sul – SC, contempla recursos para gestão da UPA Sandra Regina e do Hospital e Maternidade Nossa Senhoras da Graça. Em 31 de dezembro de 2023, a UPA não possuía saldo de caixa e equivalentes de caixa, uma vez que o controle e gestão é realizado pela mesma Administração do Hospital Nossa Senhoras das Graças, a qual realiza as transferências para pagamento das despesas quando há necessidade.

A Administração da UPA entende que as operações não são impactadas pela concentração dos recursos do contrato de gestão em contas do Hospital, trabalhando como retaguarda de atendimento.

5. CONTAS A RECEBER

O montante refere-se a contas a receber de contrato de gestão com a Secretaria de Saúde do Município de São Francisco do Sul – SC, conforme contrato n° 022-2019 vigente até 30/06/2024.

	2023	2022
Contrato de gestão	501.508	326.054
Total	501.508	326.054

Aging List	2023	2022
A vencer	501.508	326.054
+ de 360 dias	-	-
Total	501.508	326.054

6. ESTOQUES

	2023	2022
Drogas e medicamentos	10.711	10.926
Materiais de uso do paciente	5.641	5.573
Limpeza e higienização	2.391	3.234
Materiais de laboratório	737	-
Materiais de manutenção	378	-
Fios cirúrgicos	345	372
Demais materiais	1.210	561
Total	21.413	20.666

Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.

7. IMOBILIZADO

	Eq. Informática	Instalações	Máquina e Equip.	Total
Em 31 de dezembro de 2022				
Saldo inicial	610	1.335	1.876	3.821
Aquisições	-	-	9.735	9.735
Transferências	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-
Depreciação	(318)	(180)	(761)	(1.259)
Saldo contábil líquido	292	1.155	10.850	12.297
Em 31 de dezembro de 2023				
Saldo inicial	292	1.155	10.850	12.297
Aquisições	-	-	3.520	3.520
Transferências	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-
Depreciação	(292)	(180)	(1.487)	(1.959)
Saldo contábil líquido	-	975	12.883	13.858

8. FORNECEDORES

	2023	2022
Materiais e medicamentos	424	1.596
Serviços	32.914	37.832
Serviços médicos	225.595	180.879
Diversos	28.116	17.501
Total	287.049	237.808

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2023	2022
Ordenados e salários a pagar	160.615	126.486
Provisão férias	198.916	171.352
Provisões FGTS s/férias	15.913	13.708
Total	375.444	311.546

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2023	2022
INSS a recolher	19.981	14.321
FGTS a recolher	21.506	17.834
IRRF s/ folha a recolher	23.518	15.078
Contr. sindical	6.571	5.441
Total	71.576	52.674

II. PARTES RELACIONADAS

	2023	2022
<i>Ativo</i>		
SEDE ADMINISTRATIVA	6.700	6.700
Total Não Circulante	6.700	6.700

<i>Passivo</i>		
SEDE ADMINISTRATIVA	14.022	18.293
Total Circulante	14.022	18.293

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL NOSSA		
SENHORA DA GRACA	806.707	483.836
Total Não Circulante	806.707	483.836

O saldo a pagar em 2023 no passivo circulante de R\$ 14.022 (R\$ 18.293 em 2022), corresponde aos serviços da gestão da Sede Administrativa, previsto em contrato de gestão.

12. PROVISÃO PARA CONTIGÊNCIAS

A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões Cíveis. A Administração, com base nas recomendações dos consultores jurídicos e na análise da evolução dos processos, considerou suficiente a provisão. Em 2023 foi constituída provisões referentes aos processos cíveis no montante de R\$ 50.000 conforme demonstrado abaixo.

	2023	2022
Cível	50.000	-
Total	50.000	-

13. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2023	2022
Serviços de gestão	(179.706)	(241.624)
Energia elétrica	(52.745)	(61.336)
Aluguel de máquinas	(24.468)	(17.937)
Água e esgoto	(6.459)	(5.278)
Provisão para contingências	(50.000)	-
Outros	(11.126)	(15.253)
Total	(324.504)	(341.428)

14. RENÚNCIA FISCAL

A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional – CTN.

Atendendo ao disposto no item 27 – (C) do ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade dever ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2023	2022
Cota patronal/ Terceiros e RAT/SAT	483.911	451.395
INSS	483.911	451.395
COFINS	178.489	138.890
COFINS	178.489	138.890
Total	662.400	590.285

15. COBERTURA DE SEGUROS

Em 2023, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis

A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2023	2022
Aplicações financeiras de liquidez imediata	-	-
Contas a receber	501.508	326.054
Total ativos financeiros	501.508	326.054
Fornecedores	287.049	237.808
Total passivos financeiros	287.049	237.808

17. GESTÃO DE RISCOS

A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros

i. Riscos de Liquidez

As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade.

ii. Riscos de Crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão.

A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento.

18. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, o Contrato de gestão n.º 022/2019 estava vigente, com encerramento em 30/06/2024. Em virtude de perspectiva da Administração de que seja renovada para nova Gestão do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSSH, não foram realizadas provisões adicionais ou contingenciais nessas demonstrações contábeis,

São Francisco do Sul - SC, 23 de Abril de 2024.

Rodrigo Fröhlich
Diretor Executivo
CPF: 094.129.927-93

Ediane Pacheco Lemos
Contadora
CRC- SP-324161/O